Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte

Anderson Dantas da Silva Brito
Olívia Morais de Medeiros Neta
Renato Amado Peixoto

ideia

Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte

Anderson Dantas da Silva Brito
Olívia Morais de Medeiros Neta
Renato Amado Peixoto

Ideia / João Pessoa / 2018

SUMÁRIO

ISBN 978-85-463-0353-3

Todos os direitos e responsabilidades
sobre os textos são dos respectivos autores.

Diagramação/Capa: Magno Nicolau

Ilustração da capa: Adaptação do Brasão de Armas
do Estado do Rio Grande do Norte

Revisão: Os autores

Conselho Editorial
Marcos Nicolau – UFPB
Roseane Feitosa – UFPB – Litoral Norte
Dermeval da Hora – Proling/UFPB
Helder Pinheiro – UFCG
Elri Bandeira – UFCG

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Gilvanedja Mendes, CRB 15/810

B862c Brito, Anderson Dantas da Silva.
Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte. / Anderson Dantas da Silva Brito et al. - João Pessoa: Ideia, 2018.
70p.il.

ISBN 978-85-463-0353-3

1. Rio Grande do Norte - corografia. 2. Estudos histórico-geográfico. 3. Estudo Biográfico. I. Medeiros Neta, Olívia Morais de. II. Peixoto, Renato Amado. III. Título

CDU 913(8):929

ideia
EDITORA
www.ideiaeditora.com.br
(83) 3222-5986

SUMÁRIO ISBN 978-85-463-000000

À memória de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares, Nestor Lima e Câmara Cascudo.

SUMÁRIO

ISBN 978-85-463-0353-3

SUMÁRIO

Sobre os Autores _____ *7*

*Apresentação*_____ *9*

Nomes da corografia _____ *10*

*Manoel Dantas e a sua corografia toponímica para o Rio Grande do Norte*_____ *17*

Tavares de Lyra e a sua produção histórica, geográfica e etnográfica para o Rio Grande do Norte _____ *24*

*Amphiloquio Camara e as suas corografias para o Rio Grande do Norte*_____ *30*

Antônio Soares e o seu Dicionário Histórico e Geográfico para o Rio Grande do Norte _____ *40*

*Nestor Lima e o seu dicionário toponímico para o Rio Grande do Norte*_____ *50*

*Câmara Cascudo – duas obras em uma: dicionário toponímico e corografia para o Rio Grande do Norte*_____ *55*

 ISBN 978-85-463-000000

Considerações sobre corografia e produção espaço-identitária no Rio Grande do Norte _____ *63*

Nota sobre o Brasão de armas do Rio Grande do Norte _____ *65*

Referências _____ *67*

ISBN 978-85-463-0353-3

Sobre os Autores

Anderson Dantas da Silva Brito

É professor do Curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) e Educação Física (Licenciatura), Especialista em História, Mestre em História e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É sócio da ANPUH e desenvolve pesquisas nas áreas de Ensino de História, História da Educação, História dos Espaços e Ensino de Educação Física.

Olívia Morais de Medeiros Neta

É professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado), mestrado em História e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É editora da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (ISSN 1983-0408). Tem

ISBN 978-85-463-000000

experiência na área de História, com ênfase em história da educação, história e espaços, historiografia e ensino de história.
E-mail: olivianeta@gmail.com

Renato Amado Peixoto

É Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder da Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC), dos grupos de pesquisa História, Catolicismo e Política no Mundo Contemporâneo (UFMT) e Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços (UFRN). Integrado enquanto pesquisador à Red de Estudios de Historia de la Secularización y la Laicidad (REDHISEL / Argentina) e associado a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e a International Network for Theory of History (INTH / Bélgica). Autor de 'Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço' (Natal: EDUFRN, 2011). Desenvolve investigações na aproximação História e Espaço pesquisando teoricamente e metodologicamente as relações de produção de espacialidades, temporalidades e identidades no campo político, cultural e religioso.

 ISBN 978-85-463-0353-3

Apresentação

Este livro tem como temática corografias e imaginário toponímico norte-rio-grandense. E, objetiva analisar os interesses e o imaginário que caracterizaram as corografias enquanto produções intelectuais que elaboraram historicamente uma espacialidade e uma identidade para o Rio Grande do Norte.

Para a construção de nosso objeto examinamos as obras que caracterizamos enquanto corografias da espacialidade local. O exame das obras foi conduzido por um aporte teórico-metodológico baseado na história do imaginário e no método taxionômico, respectivamente através de Cornelius Castoriadis (1982) e Maria Dick (1996).

As análises desenvolvidas sobre as corografias ajudaram a compreender que foram essas obras que produziram uma espacialidade e uma identidade norte-rio-grandense entre a terceira e a sétima década do século XX fazendo uso principalmente da toponímia.

Os autores

ISBN 978-85-463-000000

Nomes da corografia

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, criado em 1902, desempenhou liderança quanto ao desenvolvimento de pesquisas para a escrita da história do Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX. Até ali não existia alguma instituição local criada com o objetivo de escrever e salvar-guardar a memória desse Estado. Mas, com a atuação dos intelectuais que foram se tornando seus sócios, uma gama de pesquisas floresceu com a busca de fontes documentais que possibilitaram a escrita de obras que formularam uma espacialidade e uma identidade local.

Nesses termos, como pensar a produção intelectual sobre a espacialidade/identidade norte-rio-grandense construída e problematizada pelas obras de autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especificamente, de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares, Nestor Lima e Câmara Cascudo? O que caracteriza o texto de cada um? E o que se torna evidentemente homogêneo

ISBN 978-85-463-0353-3

em todos os textos analisados? Estaríamos diante de dicionários, estudos de toponímia ou corografias?

Assim, este livro objetiva analisar os interesses e o imaginário que caracterizaram as corografias enquanto produções intelectuais que elaboraram historicamente uma espacialidade e uma identidade para o Rio Grande do Norte.

Dada a ênfase nas *corografias*, observamos que estas devem sua origem à *Geographia* de Ptolomeu de Alexandria "[...] composta de uma parte teórica a respeito do estudo e da composição do espaço e por uma parte prática com a seleção, compilação e ordenação de oito mil registros de cidades e acidentes naturais reconhecidos pelo mundo romano em sua expansão militar e comercial [...]." (PEIXOTO, 2005, p. 108).

No processo de evolução e transformação pelo qual passaram as corografias ao longo do tempo, pode-se credenciar à Itália e à Flandres, entre os séculos XVI e XVII, o desenvolvimento da representação gráfica alinhada com as técnicas que expressavam a presença da Perspectiva e da ideia de Paisagem, constituindo assim diferentes formas de representá-las.

Acompanhando o processo de desenvolvimento das composições corográficas e sua materialização no plano cartográfico, devemos também considerar que foi só na segunda metade do século XIX que o modelo corográfico discursivo se desenvol-

 ISBN 978-85-463-000000

veu no Brasil, ganhando projeção no contexto nacional e se repetindo na realidade local:

> Contudo, a segunda metade do século XIX se torna característica pelo surgimento de uma nova forma corográfica que terá, muitas vezes, sua produção e divulgação financiada pelo Estado. Esta é constituída enquanto um esforço ordenador e normatizador que visa mais subordinar que informar e onde as partes e regiões são designadas não mais pela sua individualidade, mas pelo seu pertencimento a uma unidade histórica e territorial: a nação é reconhecida em sua descrição física e em relação às suas divisões políticas, que compõem parcelas de uma unidade administrativa, eclesiástica e judiciária. O mesmo processo é repetido em relação às Províncias sempre se salientando sua participação e relação com as instituições nacionais [...] (PEIXOTO, 2005, p. 12).

Tendo em vista os nossos objetivos em compreender os interesses que envolveram as denominações das espacialidades no Rio Grande do Norte nos momentos finais do Império e durante a primeira fase da República, fomentados pelos imaginários já estabelecidos e pelos que foram gradualmente se estabelecendo ao longo do processo de afirmação do novo regime polí-

 ISBN 978-85-463-0353-3

tico da nação, fez-se necessário analisar a disposição textual que aborda a toponímia das espacialidades norte-rio-grandenses e o lugar de fala de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares, Nestor Lima e Câmara Cascudo. Isso, tomado enquanto ponto de partida para a questão, tornou-se revelador de algo comum aos autores aqui selecionados para análise: uma profunda ligação com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A intimidade com o IHG-RN rendeu-lhes o caráter de sócios que inclusive produziram consideravelmente para a Revista da citada instituição e fizeram amplo uso e citações do acervo nela disponível em suas obras. Mas talvez o ponto de maior aproximação e relevância entre a produção destes intelectuais voltada para a espacialidade norte-rio-grandense e o IHG-RN tenha sido a influência que os Institutos Históricos desempenharam na definição dos limites territoriais e na construção das identidades nacional e regional/local. A respeito disso, Peixoto nos chamou a atenção para o pioneirismo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao pensar as questões que envolviam a espacialidade/identidade nacional, em meados do século XIX, exemplo que só foi posteriormente seguido no âmbito local com a República já proclamada:

ISBN 978-85-463-000000

> No Brasil, o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) exemplifica de modo admirável as incertezas e possibilidades percorridas pelo concurso de racionalidades ainda indecisas ante a separação ou a convergência. A fundação do instituto decorreu exatamente da necessidade de se colocar os problemas acerca da constituição da identidade e do território frente às demandas do Estado e conforme as premissas das discussões desenvolvidas no Parlamento e no Conselho de Estado. Não havia Nação porque não havia território e não havia território porque este não estava ainda enunciado por uma narração do espaço, uma vez que esta tinha de ser fundamentada numa articulação temporal que devia ser reconhecida pelas elites que então formulavam o Estado (PEIXOTO, 2011-a, p. 114).

Resolvidas as questões nacionais, quando cartografias e corografias deram forma e delimitaram a nação ainda no século XIX[1], verificamos que no início do século XX, os dilemas espaciais e identitários de âmbito local, ainda não resolvidos, passariam a ser um lugar comum a alguns intelectuais. Para sanar tais questões, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

[1] Para mais detalhes sobre a construção do espaço nacional brasileiro, ver: PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 2005.

ISBN 978-85-463-0353-3

Grande do Norte em 1902 trouxe valorosas contribuições, tendo em vista que a partir daí os citados intelectuais começaram a produzir as suas corografias sobre o Rio Grande do Norte.

Segundo Peixoto, as corografias despontaram naquele momento, com a discussão que faziam do *espaço*, porque "[...] a influência de suas obras e autores e, sobretudo, a disseminação do seu conteúdo pela literatura e pelas ciências, serviria para ajudar a explicar a importância do espaço enquanto categoria que embasava as análises feitas no âmbito do pensamento social e político brasileiro no século XX [...]." (PEIXOTO, 2011-a, p. 115).

No Rio Grande do Norte das primeiras décadas do século XX, tornou-se constante a recorrência de alguns intelectuais ao uso do gênero narrativo corográfico para explicar o espaço local a partir de sua historicidade e concomitantemente construir uma identidade, cuja apresentação fora explicitamente influenciada pelo pensamento social e político incutido em suas escritas.

A proximidade de intelectuais como Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares e Nestor Lima com a administração pública durante o período da Primeira República deu visibilidade às influências – ora sociais, ora políticas, ou ambas simultaneamente – presentes em suas produ-

 ISBN 978-85-463-000000

ções corográficas, exercidas sobre a espacialidade norte-rio-grandense. Tornou visíveis essas influências pela valorização dos nomes de determinados atores sociais, de acontecimentos, de espacialidades e até pelas homenagens e agradecimentos feitos em conformidade com os interesses ali envolvidos.

ISBN 978-85-463-0353-3

Manoel Dantas e a sua corografia toponímica para o Rio Grande do Norte

Manoel Dantas foi um dos primeiros intelectuais a inaugurar essa capacidade de conciliar a diversidade de interesses que envolvia a produção de uma corografia. Do seu lugar de fala, não só como intelectual, mas, sobretudo, como político, Intendente da capital, porém oriundo do interior (Caicó), que pudera transitar entre diversos segmentos e espacialidades da sociedade estadual, coletando histórias e referências geográficas, e sistematizando-as em *Denominação dos Municípios*, publicado em 1922, também verificamos a disposição da relação proximal entre tempo(s) e espaço(s).

Entre outros intelectuais do Rio Grande do Norte conhecedores da realidade espacial e histórica relativa, Manoel Dantas em alguns momentos chegou a representar o estado em importantes congressos e eventos nacionais.

Sobre uma dessas passagens, Manoel Dantas nos revela sua preocupação com a exata definição de limites e denominações de alguns acidentes geográficos:

ISBN 978-85-463-000000

> Annos passados num dos vários Congressos de Geographia em que tenho carregado a representação do Estado, tive de dar parecer sobre uma memória, a respeito das costas e portos do Rio Grande do Norte. Era tudo tão errado, quanto à denominação e posição de alguns accidentes geographicos, que o parecer seria contrario, si os erros verificados não fossem os de todos os compêndios officiaes e não officiaes.
> Metti-me em brios e resolvi tomar a serio e ir publicando o conhecimento da vida e do território do Rio Grande do Norte (DANTAS, 1922, p. 7-8).

A preocupação de Manoel Dantas com a precisão de limites e topônimos do Rio Grande do Norte em parte refletia as mesmas inquietações que foram pauta do IHGB, em meados do século XIX, para a definição de uma identidade/espacialidade nacional. Ao tratar das razões subsidiárias desse panorama, Peixoto faz algumas considerações sobre a concepção dos produtos cartográficos e geográficos frutos do empenho dos Institutos Históricos enquanto instrumentos de articulação e estratégia que permitiram construir/promover representações do espaço e de sua paisagem:

> Nesta relação dos produtos cartográficos e geográficos participam da interação e competição

ISBN 978-85-463-0353-3

> com outras identidades, internas e externas, uma vez que estas não podem, do mesmo modo, serem concebidas sem que um território específico as situe e lhes dê raízes e fronteiras.
> A mecânica da concorrência entre os espaços visa estabelecer uma representação que estimule a coesão interna e promova a diferenciação com o exterior, exigindo com que o território seja definido tão precisa e completamente até que não hajam dúvidas à respeito da singularidade do espaço. Assim, os mapas e as corografias, por interagirem diretamente com o território, podem tornar-se instrumentos de articulação e estratégia, permitindo construir e promover uma representação do espaço e sua paisagem capaz de imprimir um consenso sobre as 'relações de força e de soberania' nele operantes (PEIXOTO, 2005, p. 47).

Nesse sentido, Manoel Dantas buscou representar corograficamente o Rio Grande do Norte fazendo recorrente uso da toponímia presente na cartografia local. Conforme a proposta metodológica sugerida por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick para classificação toponímica[2], com base nos referenciais

[2] Para melhor compreensão do método taxeonômico organizado por Dick para o enquadramento dos topônimos nos referenciais citados, consultar: DICK, Maria V. de P. do A. A *Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*,1990; e DICK, Maria V. de P. do A. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo* – 1554-1897, 1996.

ISBN 978-85-463-000000

históricos construídos para a espacialidade, verificamos que o Rio Grande do Norte contava com denominações que variavam entre os seguintes referenciais:

a) *Hierotoponímico* (do imaginário religioso, que envolve nomes sagrados);
b) *Hidrotoponímico* (nomenclatura relativa à natureza hídrica, vinculada a importância dos cursos d'água);
c) *Geomorfotoponímico* (relativo às formas de relevo);
d) *Fitotoponímico* (denominação referente à vegetação);
e) *Animotoponímico* (referência qualitativa);
f) *Zootoponímico* (relativo a animais) e
g) *Historio-sociotoponímico* (relacionado a figuras importantes, traços culturais, movimentos de cunho histórico-social etc, sem manifestar os nomes de participantes quando existentes, porque se manifestados iriam se enquadrar no referencial antropotonímico – com denominações que aparecem com os nomes dos homenageados).

Assim, os interesses de Manoel Dantas em promover as devidas correções na disposição toponímica das cartografias refletiam a preocupação em representar a espacialidade por via

 ISBN 978-85-463-0353-3

da paisagem local, unindo o que já havia de disponível na natureza com a atuação do homem sobre o espaço:

> É assim que Macahyba lembra a bellissima palmeira que se erguia no local onde começou a construção da importante cidade do Jundiahy. Pau dos Ferros, na sua origem primitiva, era uma grandiosa oiticica situada à margem do rio, no cruzamento da estrada, cuja sombra bemfazeja descansavam os viandantes. Como é costume no sertão, muitos iam alli gravando, à ponta de faca, os 'ferros', ou marcas de gado, do seu conhecimento, nessa especie de annuncio barato, permanente e original. Dentro em pouco, a oiticica ficou conhecida naquella redondeza como o <pau dos ferros>, nome que se transmittiu ao povoado e de que tanto se orgulham os moradores. A uberdade das terras da serra próxima attrahiu os agricultores, que formaram alli um nucleo de população, preso a Pau dos Ferros. Erigiu-se logo uma capella, sob a invocação de S. Miguel, creou-se a villa, o município e a comarca, adoptando o nome que relembra, a religião, a árvore e o costume local: S. Miguel de Pau dos Ferros (DANTAS, 1922, p. 8-10).

Esse mesmo modelo de construção textual para a representação corográfica de Pau dos Ferros, Manoel Dantas utilizou

 ISBN 978-85-463-000000

para várias outras espacialidades municipais, sempre verificando a interação que ocorria entre os referenciais toponímicos quando do processo de nomeação.

No exemplo de Pau dos Ferros, sobressaíram-se os referenciais: fitotoponímico (referente à vegetação - *pau*); hierotoponímico (referente à religiosidade – *São Miguel*); e historiosociotoponímico (referente ao costume imposto sobre as árvores – *ferros*).

Ainda em 1922 – ano da publicação de *Denominação dos Municípios* –, outra publicação, com amplas referências à história e à geografia do Rio Grande do Norte, ganhou destaque ao integrar uma obra de alcance e abrangência nacional: o *Diccionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil*. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro, esse dicionário, bem como a *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil* (1922/1923), realizada no Rio de Janeiro, estavam inscritos nas estratégias utilizadas para a representação do Brasil no ano do centenário da Independência, constituindo uma espécie de vitrine da Nação por via das representações de suas unidades federativas. Ao mesmo tempo, tais estratégias de representação do espaço nacional criaram oportunidades para que alguns intelectuais registrassem seus nomes na história, vinculados às informações que prestavam.

ISBN 978-85-463-0353-3

No Rio Grande do Norte, coube a Tavares de Lyra e a Amphiloquio Camara a tarefa de inserir o estado na vitrine espacial que representava o conjunto da nação. A incumbência de Tavares de Lyra como o responsável pela apresentação do estado no *Diccionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil*, certamente resultou da repercussão que teve naquele momento sua obra *História do Rio Grande do Norte*, publicada em 1921.

ISBN 978-85-463-000000

Tavares de Lyra e a sua produção histórica, geográfica e etnográfica para o Rio Grande do Norte

Membro da organização familiar Albuquerque Maranhão, Augusto Tavares de Lyra[3] teve em favor de seu nome, na escolha do escritor que representaria o Rio Grande do Norte no *Diccionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil* (1922), além do reconhecimento de sua *História do Rio Grande do Norte* (1921), outros estudos de dados geográficos e estatísticos do estado. Estudos esses que figuraram no referido dicionário e posteriormente noutra obra sua – *Chorographia do Rio Grande do Norte* (1924) –, cuja escrita fora, como nas outras, posta a serviço do Rio Grande do Norte, mas também do próprio autor, de seus interesses e de suas relações políticas.

[3] Ressaltamos ainda que Tavares de Lyra foi: Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; Sócio efetivo da Sociedade Nacional de Geografia; Membro efetivo da Academia Portuguesa de História; Sócio fundador do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; Membro dos Institutos Históricos do Ceará Paraíba Pernambuco e Sergipe.

ISBN 978-85-463-0353-3

Não estando à frente da condução dos rumos políticos do estado, como quando havia sido governador – antes de tornar-se ministro e da obtenção de seu lugar no senado, onde estava naquele momento –, Tavares de Lyra fez uso de todo o conhecimento e toda a influência por ele adquiridos para elaborar aquelas obras que integraram a produção intelectual que viria a situar o Rio Grande do Norte nas esferas temporal e espacial. Para Peixoto, os interesses que recaiam sobre as obras de Tavares de Lyra, pertenciam, sobretudo, à ordem familiar, em meio a um fazer representar espacial e identitário, costurado pelos fatos e personagens que fossem mais vantajosos:

> Por conseguinte, se a partir desta análise voltamos a pensar a questão da produção historiográfica norte-rio-grandense, podemos interpretar que ela visa a atender aos interesses e atividades de uma organização familiar e que essa produção visa a consolidar esses mesmos interesses e atividades. Controlando o poder e o aparelho estadual num momento em que o jogo de poder da República Velha reproduzia e representava uma racionalidade espacial diferente, quando se fazia necessário costurar uma espacialidade e uma identidade a partir de personagens e fatos que pudessem remeter a seus interesses e estratégias próprios: era não apenas

ISBN 978-85-463-000000

> necessário, mas extremamente vantajoso (PEIXOTO, 2010, p. 189).

Naquele contexto de início da última década da Primeira República, fazia-se "extremamente vantajoso" para Tavares de Lyra explorar todo o material que tinha a sua disposição, no intuito de produzir sobre e para a história e a espacialidade norte-rio-grandense, e ao mesmo tempo satisfazer aos interesses pessoais/familiares de seu ego intelectual.

As vantagens advinham, sobretudo, da visibilidade decorrente de sua participação nas comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, nos eventos e publicações correlatos, o que poderia lhe render, no âmbito político, o retorno a um lugar importante na cena histórica daquele momento, da qual o autor se sentia afastado desde que deixara de fazer parte do grupo que ocupava a liderança estadual.

O rompimento de Tavares de Lyra com Ferreira Chaves – iniciado em 1914 e formalizado entre 1918/1919 – consolidou o processo de ruptura entre o governador Ferreira Chaves e a organização familiar Albuquerque Maranhão, durante o qual ocorreram, providos por Chaves, os incentivos para a publicação da *História do Estado do Rio Grande do Norte* (1922) escrita por Rocha Pombo – que não era potiguar –, no intuito de con-

 ISBN 978-85-463-0353-3

correr com a obra *master* de Tavares de Lyra, publicada no ano anterior.

Depois de verificadas as querelas políticas em torno da produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte, voltemo-nos à produção de Tavares de Lyra, mais especificamente aos conteúdos abordados por ele escritos naquela obra de alcance nacional, na qual nos deparamos com informações que transitavam entre diversas áreas, sobressaindo-se a geografia e a história constantemente entrelaçadas. Nela, as notícias sobre a espacialidade norte-rio-grandense, abrangendo: posição e limites, superfície, aspectos físicos, orografia, hidrografia, população, etc., iam tendendo ao encontro com a sociedade e sua organização administrativa, judiciária, e eclesiástica que, ao mesmo tempo, estavam envolvidas pela disponibilidade de serviços federais e estaduais, como também por sua realidade econômica.

Observações contundentes também puderam ser feitas através da apresentação da espacialidade focalizada nos espaços urbanos. Cidades, vilas e povoações foram quantificadas e listadas, num modelo muito próximo ao já apresentado anteriormente, no ano de 1877, por Manoel Ferreira Nobre em sua *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*.

Além das temáticas espaciais, no enredo de Tavares de Lyra há um encontro entre os enfoques etnográfico e histórico,

 ISBN 978-85-463-000000

que nos coloca a composição étnica sendo decorrente de uma construção histórica. E é neste momento da escrita do autor que nos deparamos com um outro encontro visível de temporalidades e espacialidades diferentes. Presente e passado, litoral e sertão são recorrências em uma trama que se inicia informando a atualidade do estado no momento da composição e da publicação da obra, para na sequência relacioná-la com fatores históricos já problematizados em sua *História do Rio Grande do Norte*. Da conquista da capitania ao período republicano, os atores sociais e suas principais ações ganharam notoriedade no eixo temporal da obra que se destina à sua história.

Espaços e histórias também tiveram lugar central quando governos de província e estado, freguesias, municípios e comarcas tornaram-se palcos dos mais diversos acontecimentos em que se envolvia a sociedade a cada momento de sua história. E no arremate final de seu texto, dedicou-se a informar sobre pelo menos cinquenta norte-rio-grandenses ilustres, lembrados em ligeiros traços biográficos.

> MANOEL FERREIRA NOBRE – Nascido em 1833 na Cidade de Natal, era filho do tenente do Exercito de egual nome e de d. Ignacia de Almeida Nobre.
> Foi deputado provincial no biennio de 1860-1861 e exerceu, entre outros, o cargo de official

 ISBN 978-85-463-0353-3

> maior da secretaria da Assembléa Provincial, tendo collaborado em alguns jornaes políticos e litterarios.
> Dedicava-se com carinho ao estudo da Geographia e da Historia locaes e, embora não tivesse cultura systematizada, escreveu uma *Breve notícia sobre a Provincia do Rio Grande do Norte* [...] em 1877 [...].
> Apesar dos erros e defeitos que contém, o trabalho de Ferreira Nobre representa grande esforço e paciente labor, tendo, além disto, um mérito excepcional: foi o primeiro e ainda é, no gênero, um dos poucos que existem sobre o Rio Grande do Norte.
> E basta esta razão para que não seja esquecido o nome desse modesto e operoso investigador das coisas de sua terra, á qual serviu com amor de filho extremoso até que falleceu em começo de 1889, na Cidade de S. José de Mipibú, se não há engano nas informações que dispomos (DICCIONARIO, 1922, p. 651).

A descrição da pessoa de Manoel Ferreira Nobre, a partir de seu lugar de fala, foi um modelo utilizado para os outros alvos das informações de Tavares de Lyra:

ISBN 978-85-463-000000

Amphiloquio Camara e as suas corografias para o Rio Grande do Norte

Amphiloquio Camara seguiu a mesma perspectiva de representação utilizada por Tavares de Lyra para a maior parte das espacialidades e temporalidades praticadas, que tratavam do Rio Grande do Norte no *Diccionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil*. Quando fora escolhido para a função de delegado estadual responsável pela representação do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência, aproveitou o oportuno ensejo e publicou, pela editora *O Norte*, do Rio de Janeiro, sua primeira obra de maior alcance conteudístico acerca da espacialidade norte-rio-grandense, no ano de 1923.

Assim, o intelectual Amphiloquio Carlos Soares da Camara publicou *Scenarios Norte-Riograndenses*, produção em que problematizou algumas espacialidades do estado no período em que a escreveu e ao mesmo tempo enalteceu sua própria autoria e apresentou-se como o delegado do Rio Grande do Norte naquela Exposição.

ISBN 978-85-463-0353-3

Buscando promover um encontro entre os intelectuais que elegemos para análise pela significância de suas produções, utilizamo-nos do recurso de fazer apresentações de alguns deles através do que escreveram sobre os outros. Para tanto, Antônio Soares e Câmara Cascudo se fizeram fundamentais quando nos prestaram informações sobre algumas personas e suas produções escritas.

Tomando de empréstimo o verbete do *Diccionário Histórico e Geográphico do Rio Grande do Norte*, de autoria de Antônio Soares de Araújo e publicado no ano de 1930, apresentamos o intelectual Amphiloquio Camara, com trânsito livre na imprensa e na administração estadual:

> Amphiloquio Camara [...]. Nasceu a 25 de Outubro de 1889, na cidade do Natal, e é filho legítimo do major João Carlos Soares da Camara e d. Geracina Leonilla Soares da Camara [...]. Bacharel em sciencias e lettras, pelo Atheneu Norte Rio-grandense, e professor diplomado pela Escola Normal de Natal, foi nomeado inspector de Ensino, tendo, n'esse caracter, percorrido várias vezes todo o interior do Estado. Em 1921, após um curso em que obteve grande maioria de approvações distinctas, recebeu, na Faculdade de Direito do Recife, o gráu de bacharel em sciencias jurídicas e sociaes. De 1922 a fins de

ISBN 978-85-463-000000

> 1923, desempenhou no Rio de Janeiro a commissão de delegado geral do Rio Grande do Norte junto á Exposição Internacional do Centenario, passando, em 1924, a representar o Estado no Museu Commercial e Agricola do Ministerio da Agricultura. Nomeado secretario geral do Estado, regressou a Natal, assumindo as funcções do seu novo cargo a 15 de Junho de 1925 [...]. Desde os tempos de estudante Amphiloquio Camara tem pronunciadas sympathias pela vida da imprensa, fundador, director e collaborador, que foi, de diversos jornaes e revistas litterarias, ao mesmo tempo que organizava e orientava associações de letras e artes. Fundou e dirigiu, igualmente, *A Semana*, (1915) e *A Notícia*, jornal de combate, publicado de 1921 a 1925. Collaborou no *O Dia*, no *O Tempo*, no *Jornal da Manhã*, na *A Imprensa* e é, ainda, collaborador da *A Republica*. [...] O dr. Amphiloquio Camara exerce, actualmente, os cargos de director geral da Estatística do Rio Grande do Norte, nomeado por acto de 31 de Dezembro de 1927, e inspector federal do Ensino, nomeado por portaria do ministro do Interior, de 31 de Julho de 1928. Publicou, em 1923, *Scenarios Norte-Riograndenses* (SOARES, 1930, p. 21).

Desde o início de sua formação educacional e profissional, Amphiloquio Camara mostrou-se disposto e talentoso para o

 ISBN 978-85-463-0353-3

mundo das letras. Experimentando a escrita nos jornais que dirigiu e para os quais colaborou foi paulatinamente ganhando notoriedade ao ponto de ser nomeado inspector de Ensino, cargo que lhe proporcionou percorrer os vários caminhos que se direcionavam ao interior do Estado.

Conhecer o estado, suas particularidades e peculiaridades, tornou-se um diferencial na vida profissional e na produção escrita de Amphiloquio Camara, talvez determinante para ter sido designado a ocupar o cargo de delegado geral do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional. E foi aproveitando o propício momento, que o influente e articulador representante do estado naquela que se tornara à época a mais expressiva vitrine do Brasil para o mundo, publicou *Scenários Norte-Riograndenses*, sua primeira obra de características corográficas e com relevantes informações indiretas sobre a toponímia local.

Da mesma autoria, merece destaque a obra *Cenários Municipais*, publicada em 1942. Esta, que também traz características corográficas, aborda a situação particularizada dos 42 municípios que compunham a espacialidade estadual entre os anos de 1941 e 1942. Demarcada temporal e espacialmente para dar visibilidade a cada peça que compunha o mosaico espacial do Rio Grande do Norte naquele momento, *Cenários Municipais* contém interesses próprios que, segundo o próprio autor, dife-

 ISBN 978-85-463-000000

renciam-na daquela que é reconhecida como sua obra de maior expressão:

> Agora, Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, sentimos a necessidade e a conveniência de fazer um novo trabalho, embora sob plano de sistematização diferenciado, pois, desta vez, não se trata da focalização do Estado, num todo, numa analise de conjunto, mas através da visão particularizada de cada um dos seus 42 municípios. Por uma associação de ideias e intenções, tornou-se natural e lógico, todavia, que déssemos a estoutro trabalho a denominação de CENARIOS MUNICIPAIS (CAMARA, 1942, p. 3).

Pela escolha do autor em relatar os dados estatísticos dos municípios, referentes apenas aos anos citados, cuja coleta e conhecimento lhe foram facilitados pelo fato de ser ele o então responsável pelo Departamento Estadual de Estatística, optamos por focalizar em nossas análises as informações apresentadas em *Scenários Norte-Riograndenses*, obra escrita e publicada no mesmo período histórico que elegemos como prioridade: o da Primeira República. A obra de 1942 descreve a realidade de forma sincrônica, restrita a alguns anos, num texto de parcas referências históricas anteriores e no qual inexistem quaisquer

 ISBN 978-85-463-0353-3

indícios relativo à toponímia daquelas municipalidades. E parece ter sido esse o real interesse de Amphiloquio Camara: escrever obras que relatassem sua contemporaneidade.

Apresentadas as justificativas para a escolha da obra que mais legaria contribuições ao nosso trabalho, retomamos as análises sobre a construção de *Scenários Norte-Riograndenses*, cuja escritura se deu em função da organização e direção da representação do Rio Grande do Norte na já citada Exposição Internacional – o que pudemos verificar pela própria estruturação capítulos: I – Noções Geraes sobre o Rio Grande do Norte; II – O Concurso do Estado á Exposição do Centenário; e III – Entrevistas de Propaganda do Estado. Podemos considerar, portanto, que *Scenários Norte-Riograndenses* nasceu antes da e para a Exposição de 1922, pela necessidade de representar e explicar a situação daquele Rio Grande do Norte. Este fora o objetivo do primeiro capítulo, que compreende as descrições física, política e econômica do estado e cuja escrita antecedeu o evento, tendo continuidade nos dois capítulos seguintes, construídos respectivamente durante e após o certame/exposição internacional.

No próprio texto de Amphiloquio Camara, nas páginas de apresentação da obra, atestamos a necessidade da produção para representar a circunscrição estadual, principalmente para a divulgação de suas possibilidades econômicas:

ISBN 978-85-463-000000

Representante do Estado do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do centenário do grande evento do Ipyranga, encontrei-me, de princípio, em situação difficultosa para satisfazer aos constantes pedidos, a mim dirigidos, pelos delegados estrangeiros e dos demais Estados da Federação, nos quaes eram solicitados dados e informações, ás vezes com caracter minucioso, da circumscripção que representava.

Como um dos fins do grande certamen, era, exactamente, promover o mais intenso intercambio dentro do paiz, das suas unidades federativas, comprehendi, desde logo, a desvantagem em que ficaria o meu Estado si, porventura, não emprehendesse o seu representante uma campanha de divulgação das suas possibilidades econômicas, fazendo, enfim, uma propaganda em que fosse encarado o Rio Grande do Norte sob todos os aspectos do seu cada vez mais crescente desenvolvimento.

Reúno, agora, em folheto, as informações que lhes prestei do meu Estado, com o intuito exclusivo de lhe ser útil, honrando, na altura das minhas forças, a missão que me foi confiada pelo seu esclarecido e fecundo Governo (CAMARA, 1923, p. 13).

ISBN 978-85-463-0353-3

Depois da apresentação inicial, as “Noções Geraes sobre o Rio Grande do Norte” trazem os informes físicos, políticos e econômicos. Na descrição física, verificamos a superfície, “fácies” do solo, clima e salubridade, portos, serras, rios, lagoas e olhos d’água, posição geográfica e limites que por ora apresentamos:

> POSIÇÃO – O Rio Grande do Norte occupa a parte mais oriental da America do Sul, estando situado entre 4º - 54’ e 6º - 28’ de latitude Sul e 4º - 22’ e 8º - 18’ de longitude Leste (referida ao meridiano do Rio de Janeiro).
> LIMITES – É limitado ao norte e a leste pelo Oceano Atlântico; ao sul pela Parahyba e a oeste pelo Ceará.
> Actualmente o Rio Grande do Norte não alimenta nenhuma pendência de limites com os Estados visindarios. O conflicto de jurisdicção que, por alguns annos, manteve com o Ceará, sem, comtudo, nunca haver quebrado as relações de fraternidade que sempre os uniu, foi, a 17 de julho de 1920, definitivamente solucionado pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, que lhe reconheceu os direitos de domínio sobre a zona contestada – GROSSOS -, no município de Areia Branca (CAMARA, 1923, p. 22).

ISBN 978-85-463-000000

Da parte política, foram trazidos dados populacionais, divisão administrativa, povoações, organização política, organização judiciária, vias de comunicação, secretaria geral do estado, tesouro do estado, repartição central da polícia, instrução pública, higiene e assistência pública, serviços federais. Na parte econômica, o enfoque foi amplo, considerando a produção agropecuária e as atividades industriais e extrativistas. Havia informações sobre o algodão, a cana-de-açúcar, coqueirais, carnaubais e a pomicultura, dentre outras riquezas vegetais; sobre a extração de madeiras e minerais; criações e indústrias várias, completando o material que havia sido produzido antes da Exposição de 1922.

A partir dali a sequência textual passou a dar ênfase ao "Concurso do Estado à Exposição do Centenário", apresentando a relação official dos expositores premiados e o registro de outros mostruários enviados para o certame nacional. A última etapa de *Scenários Norte-Riograndenses* enfoca um conjunto de entrevistas concedidas por Amphiloquio Camara sobre o Rio Grande do Norte, quando de sua estada na capital federal como o responsável pela representação do estado.

As corografias de Manoel Dantas, Tavares de Lyra e Amphiloquio Câmara nos permitem fazer a aproximação com as ideias de Cornelius Castoriadis e, especialmente, seu entendi-

 ISBN 978-85-463-0353-3

mento de que a existência de uma sociedade recai sob a configuração que a caracteriza, uma vez que a "[...] sociedade se dá imediatamente como existência de uma quantidade de termos ou de entidades de diferentes ordens" (CASTORIADIS, 1982, p. 211), ciclicamente instituída a partir de outros imaginários, novos interesses e denominações.

ISBN 978-85-463-000000

Antônio Soares e o seu Dicionário Histórico e Geográfico para o Rio Grande do Norte

Até este momento, de todas as obras que fizemos uso para entender os interesses envolvidos nos processos denominativos das espacialidades norte-rio-grandenses, o exemplo mais típico e que se reconheceu desde sua titulação enquanto um dicionário é o trabalho de Antônio Soares de Araújo.

Naquela obra denominada *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, as histórias e os espaços apresentados pelos significados das palavras se fundem co-participadamente pelas ações de seus atores, uma vez que entendemos, conforme Castoriadis, o tempo e o espaço enquanto complementares:

> [...] – *este* tempo pressupõe o 'espaço' enquanto círculo, enquanto imagem como tal (uma imagem só pode existir no afastamento e no espaçamento e a unidade do que é espaçado), e enquanto imagem *de* – portanto, *numa* relação *com* aquilo que é imagem; mas ele é *espaço* na

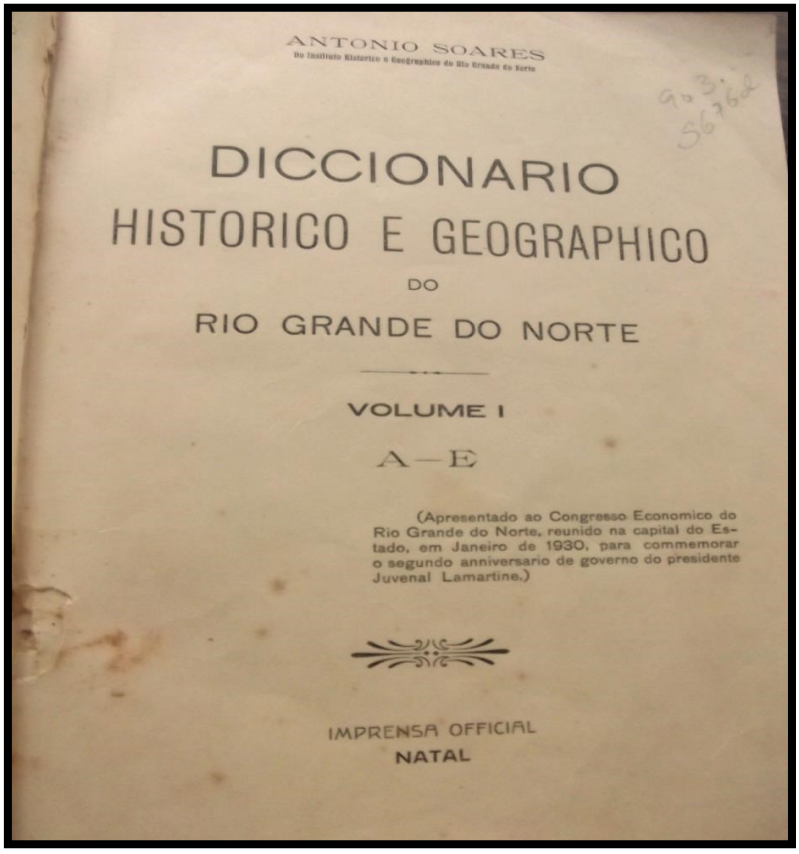
ISBN 978-85-463-0353-3

> medida em que nada aqui permite distinguir o modo de co-participação de suas partes ou momentos de co-participação das partes ou pontos do espaço. (CASTORIADIS, 1982, p. 224).

O *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, apresentado ao *Congresso Econômico do Rio Grande do Norte*, em janeiro de 1930, certamente havia sido planejado para mais de um volume, pois quando observamos as informações de apresentação da obra em sua capa e primeiras páginas, nos deparamos com a referência ao volume I, que contemplou verbetes das letras A a E. Porém, o que teria sido planejado para mais números ficou restrito a apenas essa publicação.

ISBN 978-85-463-000000

Figura 1: Folha de rosto do Diccionário Historico e Geographico do Rio Grande do Norte



Fonte: Acervo do IHG-RN

Além da apresentação inicial, outras informações também puderam ser colhidas sobre o autor e a disposição dos elementos textuais. Do autor, verificamos sua aproximação com o IHG-

 ISBN 978-85-463-0353-3

RN, já no auto da folha de rosto da obra, onde se destaca seu nome, *Antônio Soares,* e logo abaixo: *Do Instituto Histórico e Geográphico do Rio Grande do Norte*. Na sequência, após o título e o volume, nos deparamos com a comemoração do segundo e último aniversário do Governo de Juvenal Lamartine de Faria, ocasião em que se realizou o já citado Congresso Econômico do Rio Grande do Norte.

Nas páginas de apresentação, verificamos a proximidade do autor com intelectuais e políticos da época. A dedicatória, por exemplo, foi dirigida ao Governador Juvenal Lamartine, com homenagens extensivas ao Dr. Augusto Tavares de Lyra – que em palavras de Antônio Soares seria "o maior dos nossos historiadores" – e à memória do Dr. Manoel Dantas, a quem se refere como "o maior de nossos geógrafos". O direcionamento dessas homenagens é um fator revelador do conhecimento de Antônio Soares sobre a produção intelectual de ambos, fonte na qual certamente havia bebido à busca por informações sobre a história e a geografia.

No conjunto de homenagens, um preito foi feito "aos caríssimos confrades do Instituto Histórico e Geográphico do Rio Grande do Norte", nele mais uma vez verificamos a ligação do autor com a instituição, o que, aliada à proximidade com pessoas oriundas de diversas espacialidades do estado – algumas co-

 ISBN 978-85-463-000000

nhecedoras e pesquisadoras em arquivos e documentos públicos e de particulares –, deve ter contribuído para a ampla circulação de Antônio Soares em sua procura por informes sobre os municípios.

Finalizando os agradecimentos também dispostos no texto preliminar, verificamos a presença de mais de duas dezenas de indivíduos que são lembrados por suas valorosas contribuições à pesquisa. Tal agradecimento em série serve em parte para o construto sobre quem foi Antônio Soares, ao revelar sua capacidade de interagir com políticos e diversos profissionais das mais variadas regiões do estado.

Após apresentar consideráveis informações do lugar de fala de Antônio Soares, muitas delas coletadas nas páginas que analisamos, passaremos a tecer alguns comentários sobre a feitura textual do *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, que contempla várias denominações interessantes a este trabalho, dispostas em verbetes cujas explicações mesclam elementos históricos e geográficos, localizando-as numa *zona de confluxo*, "[...] área de hachura, onde o sentido do que poderia ser descrito como história ou geografia quase se esvanece [...]" (PEIXOTO, 2011, p. 125), característica que aproxima muito a obra da perspectiva corográfica. Tais verbetes discorrem sobre a vida de alguns indivíduos que se destacaram no

 ISBN 978-85-463-0353-3

Rio Grande do Norte ou descrevem espacialidades que vão desde acidentes naturais até núcleos urbanos.

Referente à proposta de apresentação dos verbetes das personalidades, verificamos a presença de informações que contemplam formação e atividade profissional, local de nascimento, filiação e parentescos, atuação pública e alguns atos considerados relevantes. É assim, por exemplo, na descrição para *Alberto Maranhão*:

> Alberto Maranhão – Jornalista, político e parlamentar. Nasceu em Macahyba, a 2 de Outubro de 1872. Foram seus paes o industrial Amaro Barretto de Albuquerque Maranhão e d. Feliciana Maria da Silva e Albuquerque, ambos já fallecidos. Formado em direito, na Faculdade do Recife (turma de 1892), voltou ao Rio Grande do Norte, iniciando a sua vida publica como promotor na comarca de Macahyba, sendo, mais tarde, nomeado secretario do Governo. A 14 de Junho de 1899, foi eleito governador do Estado, para o período de 1900-1904 distinguindo-se o seu governo pelo desenvolvimento que deu ás letras e ás artes, estimulando as associações existentes e promovendo a fundação de outras. Merecem destaque o 'Grêmio Polymathico' e o "Congresso Litterario', nucleos de que o próprio governador era membro effectivo, colaborando na Revista e na A Tribuna. É de

ISBN 978-85-463-000000

> sua iniciativa a lei 145, de 6 de Agosto de 1900, com o favor do qual têm sido editados innumeros livros de sciencia e litteratura, produzidos por filhos domiciliários do Rio Grande do Norte, ou naturaes de outros Estados e aqui residentes. Concluído esse período administrativo, o dr. Alberto Maranhão foi eleito deputado federal, voltando a governar o Estado, no período de 1908 a 1913 [...] (SOARES, 1930, p. 7-12).

Sob outro enfoque dado por Antônio Soares, estava a descrição de espacialidades. Entre o rural e o urbano, elementos como a localização, limites geográficos, ocupação, paisagem, emancipação política, demografia entre outros, são lembrados na construção dos verbetes inseridos nesse enfoque.

A exemplificação que utilizamos na seqüência, sobre o município de Acari, trás os elementos citados, bem como, alguns outros de substancial importância para nosso estudo, tendo em vista que o modelo adotado fora recorrente na abordagem de outras espacialidades constantes em seu *dicionário:*

> Acary – Município do Estado, a SO da capital e situado na zona do Seridó. Foi creado por deliberação do Conselho da Província de 11 de Abril de 1833 [...]. Limita-se, ao N, com os municípios de Flores e Curraes Novos; ao S, com os de

 ISBN 978-85-463-0353-3

> Jardim do Seridó e Parelhas; a L, com o de Picuhy (Parahyba); a O, com o de Caicó. Em 1920 a sua população era de 12.248 habitantes [...]. O aspecto physico do município é, em geral, o mesmo da zona sertaneja em que está situado; sólo desigual, mais ou menos pedregoso, com várzeas e taboleiros [...]. O território de Acary é banhado, na estação invernosa, pelo rio Acauã [...]. O clima é temperado e sadio, tornando-se cálido durante o verão [...]. Todo o município constitue um só districto judiciário, séde da comarca do mesmo nome, creada pela lei Provincial nº 844, de 26 de Junho de 1882 e só installada a 17 de Fevereiro de 1890. Constitue, igualmente, uma única freguezia ecclesiastica, creada por lei Provincial nº 15, de 13 de Março de 1835, tendo por padroeira Nossa Senhora da Guia [...]. A fundação do Acary, consoante a tradição, deve-se ao sargento-mor Manoel Esteves de Andrade, [...] que ahi construiu uma capella, em 1737 [...]. *Acary* é vocábulo indígena, nome de um peixe d'agua doce, também chamado *cari* (*Loricaria plecostomus,* segundo Theodoro Sampaio). Outros opinam que *Acary* é uma corruptella de *acahy*, cabeça de rio (de *aça*, cabeça, e *hy* água do rio) (SOARES, 1930, p. 4-5).

No confluxo entre tempos e espaços, a caracterização do verbete transita pela prática da espacialidade através de diver-

ISBN 978-85-463-000000

sas dinâmicas que vão do aspecto político ao religioso, verificados na emancipação política no ano de 1833 e na emancipação eclesiástica no ano de 1835. A apresentação de alguns indivíduos também fora feita numa constante não só referente ao processo de ocupação, mas, essencialmente, na denominação variante entre a referência *Acary* construída pelo elemento indígena, e entre a junção linguística presente na corruptela do termo *Acahy*.

E assim, não só Acari, enquanto município e cidade, bem como, acidentes naturais – como boqueirão, rio, olho d'água, serra, riacho, serrote, lagoa, monte, gruta, ilha, praia, vale –, sítios, açudes, portos, vilas, povoações, distritos, aldeias, bairros, etc, são plasmados em larga recorrência por problemáticas elaboradas com a participação de alguns indivíduos revestidos de significância na edificação de suas histórias.

Outra prática constantemente utilizada por Antônio Soares foi apresentar mais de uma problematização para um mesmo verbete. No exemplo de *Acary*, verificamos duas situações: uma explicação para o município e outra para a cidade. Já na situação do topônimo *Apody* a acepção linguística transita entre cinco realidades diferentes. Sobre o status político da espacialidade, problematizou-se o município e a cidade. Quanto ao espa-

 ISBN 978-85-463-0353-3

ço geográfico três variações explicam a existência de lagoa, rio e serra com a mesma denominação.

A toponímia, sob este olhar, constitui recorte para análise, sendo compreendida como uma imagem verbal que expressa os imaginários, e logicamente, os interesses envolvidos no batismo ou na renomeação dos espaços, uma vez que, conforme Castoriadis, esses significados tornam-se alicerces imaginários de uma sociedade a "[...] instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações." (CASTORIADIS, 1982, p. 404). Assim, a toponímia é aqui utilizada como instrumento favorecedor à compreensão da produção espaço-identitária norteriograndense, possibilitando a verificação dos interesses que emergem por meio de cada significado.

ISBN 978-85-463-000000

Nestor Lima e o seu dicionário toponímico para o Rio Grande do Norte

As problematizações acerca dos verbetes apresentadas por Antônio Soares, marcadas naquele momento pelo confluxo entre tempo e espaço, foram tomadas como referência para o modelo utilizado por Nestor Lima para a abordagem que fez das espacialidades em sua obra *Municípios do Rio Grande do Norte*, de 1937. Tais semelhanças na forma como os topônimos são apresentados pelos autores podem inclusive ser verificadas se compararmos parte da explicação dada por ambos para o mesmo nome – *Acari*:

> As terras do município do Acary são limitadas: ao norte, com o município de Curraes Novos, a leste, com o de Picuhy, (Parahyba), ao sul, com o de Jardim do Seridó, e a oeste, com os de Flôres e Caicó [...].
> Collocada a 230 metros acima do nível do mar, a cidade do Acary fica situada entre serras, que lhe tornam accidentado o terreno. Este é formado de rocha, calcareo e quartzo, em várias direcções. O seu clima é secco, no verão, e hu-

ISBN 978-85-463-0353-3

> mido, no inverno, porém, de grande salubridade. O logar, ou sitio, onde se acha hoje a cidade do Acary, fora occupado, em eras anteriores a 1729, por casebres de índios. O nome lhe vem do peixe que abundava nos *poços do Felipe*, no rio *Acauhã*, e é conhecido desde os mais remotos tempos. A fundação da localidade, porém, foi devida ao sargento-mór Manoel Esteves de Andrade, que viera ao Seridó, para fazer a cobrança de dízimos [...]. No ano de 1737, requereu o dito sargento-mór de milícias ao Bispo de Olinda a necessária licença para erigir a N. S. da Guia, uma capella na povoação do Acary (LIMA, 1937, v. 594, p. 7-11).

Municípios do Rio Grande do Norte também problematizou alguns elementos constantes na abordagem de Antônio Soares para municípios e cidades, como o status político, os atos de criação, as influências religiosas etc. Contudo, aprofundou todos esses temas ao mesmo tempo em que cuidou de inovar, inserindo juntamente a lembrança da memória de filhos ilustres – ponto característico e comum nos trabalhos de Tavares de Lyra e Antônio Soares –, a presença cronológica de magistrados, administradores públicos, vigários e do professorado.

Esta obra de Nestor Lima representa parte do muito que ele aprendeu e conseguiu coletar ao longo de anos nos espaços por onde circulou como membro do IHG-RN e representante do

 ISBN 978-85-463-000000

setor da educação estadual – lugar de fala compartilhado inclusive com Manoel Dantas e Amphiloquio Camara quando compuseram o *Conselho Geral da Instrução Pública* do Rio Grande do Norte na segunda década do século XX:

> Em 1913, quando organizava as bases para o projecto de Regimento Interno dos Grupos Escolares deste Estado, inclui no programma de *corographia* e de *historia local* as noções ou notícias succintas acerca de cada um dos municípios, em que se divide o Estado do Rio Grande do Norte.
> Decretados e publicados os novos programmas, por acto do Director Geral da Instrucção Pública, dr. Manoel Dantas, começaram de surgir solicitações e reclamações, a respeito das fontes, onde os professores haveriam de beber as noções ou notícias exigidas pelos ditos programmas.
> Comprehendi, então, a necessidade de reunir, coordenar e rever quanto se houvesse escripto ou publicado sobre o assumpto, para enfeixar tudo num só trabalho, que servisse de manancial abundante ao professorado, bem como de seguro repositório das nossas chronicas, lendas e tradições, que estão ameaçadas de esquecimento perpétuo [...].
> Ora, concebida assim a obra, iniciei os estudos, através de Manoel Ferreira Nobre <<*Breve No-*

 ISBN 978-85-463-0353-3

> *tícia sobre a Província do Rio Grande do Norte>>, 1877*, dos Relatórios ao Governo do Estado, anexxos às <<Mensagens>> de 1896 e 1905, e de outras publicações, como a <<Revista>> do Instituto Historico e Geographico. Verifiquei, porém, a insuficiência dessas fontes [...] (LIMA, 1937, v. 594, p. 3-4).

Diante das solicitações e dificuldades para com as fontes, o recurso adotado por Nestor Lima para suprir as carências percebidas foi empreender visita aos quarenta municípios existentes no estado na passagem da década de 1920 para a de 1930:

> [...] tratando de colher *in loco* e através dos archivos dos municípios e parochias os dados necessários à perfeição do mesmo trabalho.
> Percorri todos os quarenta municípios do Estado do Rio Grande do Norte, aproveitando-me, para isso, ou de viagens de férias, ou de inspecção ao ensino; e rebuscando os archivos e colhendo informações oraes, pude preparar a obra [...] (LIMA, 1937, v. 594, p. 4).

Percorrer pessoalmente as espacialidades foi o recurso utilizado por Nestor Lima para melhor empreender a pesquisa sobre as denominações que problematizariam parte da produção espaço-identitária para o Rio Grande do Norte.

ISBN 978-85-463-000000

ISBN 978-85-463-0353-3

Câmara Cascudo – duas obras em uma: dicionário toponímico e corografia para o Rio Grande do Norte

Após apresentadas as produções corográficas de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares e Nestor Lima, publicadas entre 1921 e 1937, encontramos na produção de Luís da Câmara Cascudo, intitulada *Nomes da Terra* (1968), uma referência para estudos de história, geografia, toponímia e outras áreas.

Não levando em consideração apenas a autoria, mas, sobretudo, a vastidão dos conteúdos, este trabalho é considerado como o de maior abrangência quando se trata de problematizar as denominações das espacialidades no Rio Grande do Norte, qualidade que o próprio Cascudo fez questão de frisar no prefácio, quando se revelou conhecedor das produções anteriores de mesma temática e as considerou incompletas.

As obras citadas foram criticadas, compiladas e tomadas como modelo por Cascudo que decidiu dividir *Nomes da terra* em duas partes: uma que contempla um dicionário com vários

ISBN 978-85-463-000000

verbetes, e a outra construída como o modelo corográfico utilizado pela maioria dos demais autores analisados, descrevendo os espaços urbanos destinados para a problematização dos topônimos. A descrição feita por Cascudo reuniu os topônimos correspondentes aos 150 municípios que existiam no Rio Grande do Norte à época da publicação, cuja maioria teve criação naquela década de 1960. Nessa descrição, Cascudo transitou por épocas, espacialidades e leituras diversas e pôde contemplar em *Nomes da Terra* os vários gêneros de escrita corográfica presentes nas obras dos autores já mencionados, utilizando-os para a construção da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense na primeira metade do século XX.

Com isso, queremos fazer notar que a perspectiva de buscar explicações para os nomes das espacialidades através de suas relações semântico-lexicais se estabeleceu efetivamente apenas durante o século XX e os corógrafos que o fizeram seguiram a mesma lógica fundante – presente na obra de Manoel Ferreira Nobre – para sistematizar as explicações dos nomes, partindo inicialmente de exposições lexicais. Enquanto Nobre fazia o reconhecimento dos nomes de cidades, vilas e comarcas, algumas vezes citando as alterações que se processaram ao longo de suas existências, os corográfos que o sucederam visualizavam os espaços em sua origem através da tradução desses topônimos,

 ISBN 978-85-463-0353-3

valorizando o significado da palavra que concretizava o interesse envolvido, mas sem construir uma lógica mais fundamentada na história para a denominação.

Tomemos como exemplo a referência dada por Cascudo para o topônimo de uma das cidades que passou pela supressão da referência imperial através do Decreto Nº 12, de 1º de Fevereiro de 1890. A *Cidade do Príncipe*, que passa a se chamar *Cidade do Seridó* e no mesmo ano passa por uma nova alteração fazendo referência a sua denominação de origem: "CAICÓ: [...] Topônimo cariri, ou tarairiú, indígenas aliados aos Curemas ou Panaticuremas, tiveram aldeamentos na região, determinando o nome, *Caicó*, provindo dos Caicós, como Mossoró veio dos Monxorós. As interpretações tupis servem de simples curiosidade, sem aplicação lógica [...]." (CASCUDO, 1968, p. 75).

A representação proposta por Cascudo para o topônimo *Caicó* fazendo alusão a uma tribo indígena, encontra seu alicerce na etimologia da palavra, que se apresenta comparada à denominação de outra cidade. Atualmente, a versão mais difundida para a origem do nome da cidade vai na contramão da tradição secular que o associou ao nome de um grupo de indígenas. Encontramos, em Olavo de Medeiros Filho, a versão mais aceita sobre a origem do nome Caicó, cuja gênese se encontraria, segundo ele, na significação de *Queiquó*, resultante da justaposi-

ISBN 978-85-463-000000

ção dos termos *quei* – pelo qual os índios tarairiú se referiam a rio – e *Cuó* – nome dado pela mesma tribo a um pássaro bastante comum na região. A partir de tais constatações, presume-se que "Caicó" é uma corruptela de "Queiquó", o rio do Cuó; o mesmo chamado de Acauã, pelos tupi.[4]

A partir deste exemplo, gostaríamos de colocar um dos pontos que enfatizaremos em nosso estudo: pensar a relação história e espaços, visualizada pela ótica linguística, tendo a oportunidade de problematizar o espaço através dos imaginários que o demarcam toponimicamente e em parte realizando um processo de desconstrução da naturalização toponímica atribuída ao espaço norte-rio-grandense por parte de alguns escritores.

Desse modo, pensar a sua importância no legado das informações existentes sobre a toponímia deste estado, sob um olhar crítico lançado para a forma como foram processadas, tornou premente uma consistente e atenta investigação da escrita dos "corógrafos" do Rio Grande do Norte e lhe assegura lugar central no desenvolvimento desse trabalho.

Segundo Jean Charles Depaule e Christian Topalov, já era uma prática antiga abordar as cidades através das palavras, na maioria das vezes centralizando-se na língua em decorrência de

[4] Ver: MEDEIROS FILHO, 1982, p.144.

 ISBN 978-85-463-0353-3

outros importantes fatores evolutivos, de particularidades e discursos suprimidos:

> Abordar as cidades através das palavras que as designam e designam suas diferentes partes? Há muito tempo, viajantes e etnólogos, geógrafos e historiadores, lexicógrafos e linguistas recolhem 'palavras da cidade'. Tesouros foram assim reunidos, na maioria das vezes de maneira dispersa e à margem de outras preocupações. É raro que tenham sido aproveitados de outro modo que não para estabelecer listas acompanhadas de definições. O observador às vezes atém-se à língua, à sua riqueza, à sua evolução, às suas particularidades e muito pouco aos objetos do discurso (DEPAULE & TOPALOV, 2001, p. 17).

Ressaltamos ainda que, após apresentadas as explicações para a origem do nome Caicó, devemos considerar que, além da presença de elementos da natureza e da religiosidade católica, o imaginário toponímico provincial norte-rio-grandense também contava com outros elementos de referência. E assim, alguns referenciais historio-sociotoponímicos, como os que já mencionamos, se apresentavam como marcas do poder imperial sobre as terras do Rio Grande do Norte. *Imperatriz, Príncipe, Imperial (de Papary) e Maioridade* denominaram sequencialmente

 ISBN 978-85-463-000000

espaços urbanos e geopolíticos diversos, como: cidade, municípios e comarca.

Os imaginários sociais compreendidos a partir das representações toponímicas que foram gradualmente sendo tecidas ao longo do tempo revelaram a necessidade de empreender a posse e demarcar o espaço através dos nomes ali instaurados. São marcas de poder e de referências que dão visibilidade ao encontro do colonizador com o indígena, à Coroa portuguesa, ao ato de posse e afirmação de "seus" espaços com nomes de seus membros, e, mais especificamente, a uma nova dinâmica toponímica que surgiu com o advento da República a partir da necessidade de denominar o espaço conforme os ideais do novo regime governamental da nação.

Foi observando o *imaginário social* do Rio Grande do Norte no final do século XVIII e em quase todo o século XIX, que nos direcionamos para a evidência da relação (de)marcante que estabelecida pela toponimização do *espaço* constituída em elemento simbólico e expressão enunciativa do *poder* imperial. Para Michel de Certeau, esta prática é latente e própria daqueles que ocupam o *poder* sobre o *espaço*, é uma forma de afirmação e demarcação político-social. Para ele, "O fato de mudarem de nomes (todo poder é toponímico e instaura a sua ordem de lugares dando nomes) nada tira essa força múltipla, insidiosa,

 ISBN 978-85-463-0353-3

móvel. Ela sobrevive aos avatares da grande história que os desbatiza e rebatiza." (CERTEAU, 1994, p. 216).

A partir desta concepção, entendemos que *espaço* e *poder* se envolvem e reproduzem lógicas imaginárias que estão imbricadas na toponimização de cidades, municípios, vilas, distritos, comarcas, ruas, edifícios e praças no momento de suas emergências denominativas. Nesta mesma direção, Raimundo Arrais evidencia, no contexto de Recife na segunda metade do século XIX, um conjunto de atos que trataram de evocar na toponímia local o hábito de homenagear os membros da Família Real e outros "heróis", inclusive da Guerra do Paraguai.

Assim, Recife foi sendo marcada toponimicamente pela passagem da Família Real e por outros acontecimentos de ordem nacional. Arrais enfatiza os momentos principais na mudança de representação: "Em dois momentos, durante o Segundo Reinado, as elites provinciais lançaram mão do corpo da cidade para transformá-lo numa reserva simbólica que pudesse ser empregada em seu benefício, na relação com o poder central: em 1859 e na segunda metade da década de 1860." (ARRAIS, 2004, p. 338).

Recife seguia então a mesma lógica denominativa que havia se instalado na nação durante o domínio imperial, já verificada no Rio Grande do Norte, com as denominações *Príncipe*

 ISBN 978-85-463-000000

(1788), *Princesa* (1788), *Maioridade* (1841), *Imperatriz* (1847) e *Imperial* (1852). E foi essa presença histórica do poder emanado da monarquia nas épocas de Capitania e Província do Rio Grande do Norte, percebida através dos vários exemplos da toponímia, que nos fez entender a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a organização política do estado nos últimos anos do domínio imperial, tendo em vista o surgimento do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e os novos direcionamentos dados à realidade imaginária e espacial daquela sociedade. Direcionamentos que envolveram algumas tentativas de "adequação" da sociedade norte-rio-grandense à nova situação política da nação, suprimindo do imaginário toponímico aquelas denominações que rememoravam o domínio imperial ao mesmo tempo que requeriam uma produção histórica espaço-identitária para a realidade local enquanto projeto intelectual de afirmação de uma sociedade imaginariamente instituída.

ISBN 978-85-463-0353-3

Considerações sobre corografia e produção espaço-identitária no Rio Grande do Norte

Para a nação brasileira, a produção historiográfica de suas espacialidade e identidade ocorreu a partir de meados do século XIX, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado e a atuação dos intelectuais passou a ser sistematizada para aquele objetivo em comum.

No Rio Grande do Norte, o processo historiográfico de produção espaço-identitária só ocorreu na primeira metade do século XX, quando as corografias, os dicionários e estudos toponímicos passaram a ser publicados.

Nesse protagonismo, podemos evidenciar a atuação de intelectuais que conviveram e compartilharam conhecimentos a partir da instituição independente e pública que os congregou – o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fundando em 1902.

Assim, podemos afirmar que o IHG-RN desempenhou função primordial de incentivo à pesquisa, publicação de estu-

ISBN 978-85-463-000000

dos, congregação de intelectuais e circulação do saber produzido pelos mesmos, constituindo-se como sendo a instituição que mais promoveu a escrita historiográfica da espacialidade e da identidade norteriograndense entre a terceira e a sétima década do século XX.

ISBN 978-85-463-0353-3

Nota sobre o Brasão de armas do Rio Grande do Norte

Fonte: Acervo do IHG-RN

O conjunto que compreende a representação contida no Brasão de armas do Rio Grande do Norte foi elaborado pelo senhor Corbiniano Villaça no ano de 1909.

Decreto nº 201, de 1º de Julho de 1909:
Crêa o brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte
O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, tendo ouvido a respeito o Instituto Historico e Geographico, decreta:

- *Art. 1º - O brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte é um escudo de campo aberto, dividido a dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, que representam as industrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas flores aos lados e ao centro dois capulhos de algodoeiro. Ladeiam o escudo, em toda sua altura, um coqueiro à esquerda e uma carnaubeira à direita, tendo os troncos ligados por duas canas de açucar, presas por um laço com as côres nacionaes. Tanto os móveis do escudo, como os emblemas, em cores naturais, representam a flora principal do Estado. Cobre o escudo uma estrella branca, symbolizando o Rio Grande do Norte na União Brasileira.*
- *Art. 2º - O desenho original deste brasão de armas, executado pelo sr. Corbiniano Villaça, será archivado na Secre-*

ISBN 978-85-463-000000

taria do Governo e d'elle se tirará uma copia authentica para o archivo do Instituto Histórico e Geographico do Estado.

- *Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.*

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1º de Julho de 1909, 21º da República.
ALBERTO MARANHÃO
Henrique Castriciano de Souza

ISBN 978-85-463-0353-3

Referências

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do céculo XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CÂMARA, Amphiloquio C. S. **Cenários Municipais**. Natal: DEI, 1942.

CÂMARA, Amphiloquio C. S. **Scenários Norte-Rio-Grandenses**. Rio de Janeiro: Empresa Industrial "O Norte", 1923.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: FJA, 1968.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, Manoel. **Denominação dos Municípios**: Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].

DEPAULE, Jean Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANE, Maria Stella (org.). **Pa-**

 ISBN 978-85-463-000000

lavras da cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DICCIONARIO histórico, geográphico e etnographico do Brasil (Introdução Geral, Segundo Volume – Estados). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

DICK, Maria V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo** (1554-1897). São Paulo: Annablume, 1996.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Acari, Angicos, Apodi. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Coleção Mossoroense, série C, v. 594, ed. fac-similar).

_____. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama e Caraúbas. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Coleção Mossoroense, série C, v. 596, ed. fac-similar).

_____. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Ceará-Mirim e Currais Novos. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Coleção Mossoroense, série C, v. 597, ed. fac-similar).

_____. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Coleção Mossoroense, série C, v. 598, ed. fac-similar).

LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1921.

 ISBN 978-85-463-0353-3

_____. **Chorographia do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Lux, 1924.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte baseada nas leis, informações e factos consignados na história antiga e moderna**. 2. ed. fac-símile, Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971. [1877].

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 2005. 427 p. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011-a.

_____. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, p. 169-193, 2010.

_____. Zona de confluxo: a integração da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011-b.

SOARES, Antonio. **Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte**. Vol. 1 A-E. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

 ISBN 978-85-463-000000

Tillacy
Paris 1909.